

Universidade de Évora - Escola de Ciências Sociais

Mestrado em Psicologia

Área de especialização | Psicologia da Educação

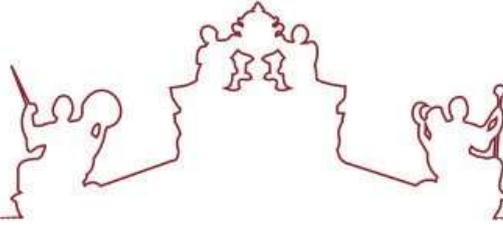
Trabalho de Projeto

Percepção de pessoas em situação de sem abrigo sobre as
suas trajetórias de vida

Sara Isabel Simões Magalhães

Orientador(es) | Paulo Miguel Cardoso

Évora 2020



Universidade de Évora - Escola de Ciências Sociais

Mestrado em Psicologia

Área de especialização | Psicologia da Educação

Trabalho de Projeto

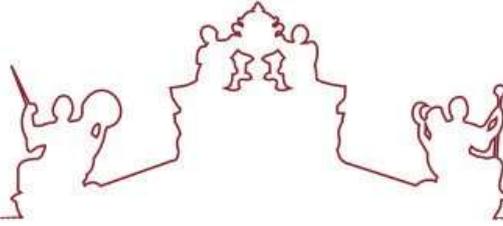
Perceção de pessoas em situação de sem abrigo sobre as
suas trajetórias de vida

Sara Isabel Simões Magalhães

Orientador(es) | Paulo Miguel Cardoso

Évora 2020





O trabalho de projeto foi objeto de apreciação e discussão pública pelo seguinte júri nomeado pelo Diretor da Escola de Ciências Sociais:

Presidente | Constança Maria Pinto (Universidade de Évora)

Vogais | Isabel Nunes Janeiro (Universidade de Lisboa) (Arguente)
Paulo Miguel Cardoso (Universidade de Évora) (Orientador)

“É dever da sociedade e de todos nós, cuidar daqueles que pela sua vulnerabilidade não conseguem ser atores da sua própria vida. Isto é um imperativo ético porque o que está em causa é a humanidade do próprio homem.”

(Carvalho, in Revista do Centro de Investigação do ISSSP, 2012)

Agradecimentos

A realização desta investigação para a obtenção de grau de Mestre em Psicologia da Educação, contou com o apoio de pessoas muito importantes sem as quais este estudo nunca poderia ter sido realizado.

Aos rostos que pude observar, obrigado pela partilha de experiências e saberes naquilo que às pessoas sem abrigo diz respeito. Agradeço do coração, a todos os participantes que confiaram em mim para a realização da pesquisa. A todos eles gratifico e dedico este trabalho esperando não os ter desapontado e desejando que possam vir a concretizar alguns dos seus sonhos. E com isso, agradeço a cooperação todas as instituições que aceitaram participar nesta pesquisa permitindo o acesso aos seus utentes proporcionando a recolha dos dados.

Ao Professor Doutor Paulo Cardoso, orientador desta dissertação de mestrado, obrigado pela disponibilidade em partilhar comigo o seu saber, e em orientar-me verdadeiramente em todos os momentos. Agradeço pela humildade de quem muito sabe e por me ensinar que não existem problemas, mas sim soluções.

Aos meus pais pela presença constante, preocupação e apoio ao longo de todo o meu percurso. Por me ensinarem o valor da família, por serem o meu suporte de felicidade e de amor incondicional. E sobretudo me fazerem ver que querer é poder, e que devemos sempre lutar pelos nossos sonhos.

Aos meus amigos de sempre, que me ajudaram a ultrapassar todas as dificuldades, sempre com um sorriso e uma palavra de força. Por todas as noites de trabalho, por todas as leituras e ajudas. Por toda a paciência e companheirismo.

Por último, mas não mesmo importante, agradeço à Universidade de Évora, pela aprendizagem que me proporcionou, não apenas a nível profissional e educacional, mas também enquanto pessoa e ser humano.

Obrigado a todos de coração!

“Perceção das pessoas em situação de sem abrigo e as suas trajetórias de vida”

Resumo

O presente estudo analisa a perceção de pessoas sem abrigo sobre a sua trajetória de vida e sobre o seu desenvolvimento de carreira. Nove pessoas na condição de sem abrigo foram entrevistadas. As entrevistas foram analisadas segundo o método Consensual Qualitative Research. Os resultados obtidos evidenciam a complexidade das trajetórias de vida dos participantes que se traduz num conjunto de fatores do seu passado e do presente (e.g. pobreza, problemas de saúde mental, abandono e rejeição). Os resultados são interpretados e discutidos tendo em conta a teoria da psicologia do trabalho. A discussão dos resultados também considera implicações para a investigação e prática.

Palavras-chave: Sem-abrigo; Rutura; Exclusão Social; Identidade; psicologia do trabalho; trabalho decente; classe social; marginalização;

“Perception of homeless people and their life trajectories”

Abstract

The present study analyzes the perception of homeless about both their life path and career development. Nine homeless people were interviewed. The interviews were analyzed according to the Consensual Qualitative Research method. Findings reveal the complexity of the participants' life trajectories, which are expressed into a set of factors from their past and present life (e.g. poverty, mental health problems, abandonment and rejection). The results are interpreted and discussed taking into account the theory of work psychology. Discussion of the results also considers implications for research and practice.

Keywords: Homeless; Rupture; Social exclusion; Identity; work psychology; decent work; social class; marginalization;

Índice

Introdução	8
Enquadramento Teórico	10
1. <i>O conceito e estimativas</i>	10
2. <i>Causas e Consequências</i>	11
3. <i>Medidas de combate às situações de sem abrigo</i>	13
4. <i>Desafios da Intervenção de Carreira e Orientação Vocacional</i>	15
5. <i>Perspetiva do Trabalho Digno e desenvolvimento de carreira de Sem Abrigo</i>	18
6. <i>Transição profissional no Processo de Alojamento</i>	22
Propósito do estudo	24
Método	25
<i>Participantes</i>	25
<i>Amostra de pessoas sem abrigo</i>	25
<i>Investigadores</i>	26
<i>Medida</i>	26
<i>Procedimentos</i>	28
<i>Recrutamento de participantes</i>	28
<i>Entrevista</i>	28
<i>Análise dos dados</i>	29
Resultados	29
<i>Análise comparativa dos domínios passado e presente</i>	39
Discussão	41
Limites da investigação e implicações para a investigação	46
Implicação para a prática	47
Conclusão	48
Referências	50

Introdução

A problemática dos sem abrigo apresenta-se nas sociedades contemporâneas como uma realidade incontornável, com tendência para crescer, sobretudo nas cidades mais desenvolvidas. Esta tendência não resulta só das problemáticas subjacentes ao contexto socioeconómico, mas também das ruturas que ocorrem no seio familiar provocadas por vários fatores, por exemplo, consumo abusivo de substâncias, pobreza, entre outros. Este fenómeno origina a preocupação, quer do estado quer das instituições em compreender os fatores e as causas que originam esta situação, bem como promover estratégia para lidar com a população nesta condição (Pilar, 2016).

É verdade que, cada vez mais, se tem visto uma maior preocupação face a estas populações na tentativa de entender melhor esta problemática, tentando recolher a maior informação possível sobre as trajetórias de vida destes indivíduos, todavia, na grande maioria dos casos, esta preocupação parte das instituições trabalham na intervenção junto desta população. Poucas vezes, ou mesmo raramente, esta recolha de informação é complementada por um trabalho de reflexão e análise, que permite arranjar estratégia a ultrapassar este fenómeno (Viegas, 2013). Desta forma, consideramos essencial a necessidade de exploração, numa vertente mais holística, as vivências das pessoas que se encontram nesta condição, tendo em consideração os diferentes papéis da carreira. Com esta visão, pretendemos contribuir para colocar em prática intervenções que visem o desenvolvimento de carreira desta população, onde os factores, quer do contexto, quer individuais, possam ser pensados de forma integrada e completar as intervenções junto destas pessoas que facilitem a sua integração socioprofissional.

Neste sentido, a presente investigação a percepção das pessoas sem abrigo sobre a sua trajetória de vida e de carreira. O estudo qualitativo envolveu entrevistas a nove participantes. Os dados foram analisados com recurso ao método Consensual Qualitative Research (Hill, Thompson, & Williams, 1997) por permitir uma análise aprofundada das experiências individuais.

A presente dissertação inicia-se com o enquadramento teórico do tema, onde é realizada uma análise aprofundada dos estudos que já foram realizados, das teorias que analisam estas populações, o que as caracteriza, as situações e os parâmetros de risco. De seguida segue-se uma análise das trajetórias de vida dos sem abrigos entrevistados e das percepções em relação a várias dimensões. Assim, esta pesquisa terá a estrutura da seguinte

forma: (a) revisão de literatura; (b) objetivos do estudo; (c) método, onde inclui a amostra, o procedimento e as medidas; (d) resultados apresentados; (e) discussão sobre os resultados, limitações encontradas durante a investigação, e sugestões para futuras pesquisas; e por fim; (f) a conclusão.

Com este estudo pretende-se abrir a possibilidade de futuras investigações sobre o desenvolvimento de carreira das pessoas sem abrigo e, gradualmente, construir conhecimento que possa guiar a prática daqueles que intervêm com esta população.

Enquadramento Teórico

1. O conceito e estimativas

Desde a idade média até agora que os sem abrigo são associados a condições e conotações negativas, relacionadas à indigência, vagabundagem ou mendicidade, sofrendo práticas hostis e opressivas (Gomes & Guadalupe, 2011). Os sem abrigo, hoje, não são os mesmos que existiam há duas décadas, uma nova denominação surgiu, os “excluídos”, e esta resulta de crises económicas, do desemprego, de consumo de substâncias e claras influências policias (Sousa, & Almeida, 2001).

Não obstante, a condição de sem abrigo, pode ser vista como um movimento que o individuo passa pela situação de estar sem abrigo pontualmente para, de forma progressiva, se tornar num sem abrigo. Deve ter-se em conta que quando mais longo o período de tempo que o individuo permanece na rua maior vai ser o estigma de exclusão (Gomes, & Guadalupe, 2011).

No entanto, o tempo também fornece a ideia da existência de dois tipos de sem abrigo, os novos e os crónicos. Os primeiros são caracterizados por múltiplas perdas que contribuíram para a condição de sem abrigo, acabando por necessitar de mecanismos que os auxilie a construir projetos de vida. Ao contrário, os sem abrigos crónicos, que vivem nesta condição por anos, muitas vezes carenciados de sonhos, de regras, suportando doenças tanto físicas como mentais. Estes mostram grande debilidade a vários níveis, sendo que, por vezes, face às suas experiências constroem novas identidades fundadas na rua (Gomes, & Guadalupe, 2011).

A condição de se abrigo é processo complexo e, desta forma, deve-se introduzir uma abordagem que permita analisar a problemática consoante a situação. Assim, conseguimos constatar a pessoa que vive em espaços públicos, designada por sem abrigo. A pessoa que vive em habitações temporárias, considerando-se uma situação de ausência de casa. Há ainda pessoa que vive numa posição de vulnerabilidade, tal como ameaça de despejo, situação de violência doméstica, que desta forma encontra-se em habitação precária ou insegura. Finalmente, a pessoa que vive numa habitação imprópria, como é o caso de residências abandonadas, considera-se da tipologia de habitação inadequada (Gomes, & Guadalupe, 2011).

Embora não exista uma definição consensual de sem abrigos, em 2007 foi adotado em Portugal conceito de sem abrigo como um indivíduo que independentemente da sua nacionalidade, idade, género, condição socioeconómica e saúde física e mental, que se encontra sem teto, residindo em espaço dito público, albergados em abrigo de emergência ou locais precários (Brandão, 2009). Existem alguns estereótipos sociais que nos fazem pensar que a grande maioria são do género masculino, com baixos níveis de escolaridade, solteiros ou divorciados, que sofrem de algum problema de dependência ou de saúde mental (Gomes, & Guadalupe, 2011). No entanto, assiste-se a um aumento do número de mulheres nesta condição, muitas vezes relacionadas com alterações económicas e sociais, mercado pelo desemprego e pela precariedade laboral (Gomes, & Guadalupe, 2011). Num estudo realizado nos Estados Unidos, as mulheres já representavam 40% da população sem abrigo, sendo que esta taxa cada vez mais elevada se devesse a fatores como a pertença a família monoparental, violência doméstica, desemprego, abuso de substâncias e problemas de saúde mental (Groton, Gromer, Mennicke, Lee, Gul, Dupree, & Munn, 2017). Estas mulheres referem que o processo é dificultado por fatores como: falta de salário mínimo, falta de transportes, habitações a preços inacessíveis, falta de cuidados de saúde, e a falta de creches para deixar os filhos (Groton et al, 2017). Também em Portugal, se têm feito algumas estimativas sobre o número de pessoas em situação de sem abrigo, em Lisboa o número de pessoas a pernoitar na rua oscila entre 664 e 849 indivíduos (Sousa, & Almeida, 2001). Em Coimbra foram sinalizadas 256 pessoas nesta situação (Rosa, & Abreu, 2015).

2. *Causas e Consequências*

A utilização do conceito sem abrigo, remete para o problema da exclusão social, a qua resulta de profundas desigualdades sociais, revelada em diferenças entre aqueles que possuem os recursos para a sua participação na vida ativa e os que não os possuem. Os últimos vêm limitada a sua capacidade económica bem como as possibilidades de integração política, social e cultural. Assim, resulta a exclusão social que invoca uma fratura dos laços entre o cidadão e a sociedade. Num estudo realizado pela Santa Casa Da Misericórdia de Lisboa em 2014, revelou que 54,2% dos sem abrigo afirma ter filhos, dos quais, 36,2% nunca recebeu um contacto destes, e 13,8% mantêm contactos diários. Por outro lado, 49,1% afirma não ter contacto com a família (Rosa, & Abreu, 2015). O enfraquecimento dos laços sociais, caracteriza-se então por uma rutura das relações nas

redes de integração primária, ocorrendo um “desencaixe” no seio da família e no sistema de interdependência sobre a pertença ao sistema comunitário, por isso, se afirma que as pessoas que se encontram nesta situação, também possuem os seus vínculos sociais, laborais e políticos condicionados, o que em nada é favorável, visto que, as redes de apoio social permitem obter recursos que se traduzem em apoio emocional; informativo; material; fontes de suporte; bem estar; e capital social (Rosa, & Abreu, 2015).

Esta população vive uma condição que ultrapassa os problemas de desigualdade, pois a sua fragilidade é maximizada pela ausência de reivindicações organizadas ou de movimentos que potencializem a coesão identitária. Porém, a exclusão social pode ser diferenciada devido a múltiplos fatores como a exclusão do mercado de trabalho, baixos níveis de rendimentos, carência habitacional, baixa escolaridade, reduzidas qualificações, pouca ou nenhuma participação na vida política e social. Assim, a acumulação destas limitações aumenta a vulnerabilidade da pessoa, em determinadas categorias sociais e situações de pobreza, bem como exclusão social (Rodrigues et al., 2017). Desta forma, os diferentes grupos sociais desfavorecidos apresentam diferentes limites e graus de desfavorecimento, que vão condicionar a vulnerabilidade e contribuindo para a produção e propagação de uma identidade heterogénea, caracterizada por modos de vida diferentes, pelo que a sua definição se mostra tão complexa (Rodrigues, et al., 2017).

Estas pessoas fazem da rua, dos espaços públicos as suas casas. Contudo, têm vindo a perder o acesso a estes locais que, cada vez mais, estão a tornar-se comercializáveis. As regras que ordenam estes espaços subordinam-se à ideia de que o acesso apenas é garantido a quem tem possibilidade de comprar bens ou serviços. Desta forma, estas pessoas vistas como não consumidores e desagradáveis, acabando por ser expulsas, perdendo o direito de ali voltar ou permanecer (Aldeia, 2013). No entanto, há que ter em consideração que a repressão face a estas pessoas, não é exprimida apenas pelos cidadãos, ou pelas forças policiais, mas sim, pela própria forma com as cidades são estabelecidas. Cada vez mais a arquitetura e o urbanismo, se tornou uma forma de afugentar estas pessoas, com a retirada de casa de banho publicas, a eliminação de bancos ou tornando-os desconfortáveis para as pessoas passarem ali as suas noites. Deste modo, há um conjunto de medidas que apenas contribuem para excluir os que já se encontram socialmente excluídos, porque o fenómeno sem abrigo, para além de ser definido como um problema de pobreza, também se torna uma questão de visibilidade (Aldeia, 2013).

3. *Medidas de combate às situações de sem abrigo*

Por contraste com a exclusão social temos a integração social. A ideia de integração social fundamenta-se numa filosofia que reconhece e aceita a diversidade, na vida em sociedade, garantindo o acesso de todos às diversas oportunidades independentemente das peculiaridades de cada indivíduo ou grupo social (Rodrigues et al., 2017). Sendo assim, os excluídos ou grupos marginalizados e empobrecidos devem beneficiar de uma participação ativa, sendo esta a condição básica da integração. Remete-se, desta forma, para um conjunto de situações consolidadas tanto ao nível da família, como do trabalho e social, passando-se a desempenhar funções no sistema político, económico, de proteção social e o familiar, comunitário e simbólico (Rodrigues et al., 2017).

Ao longo do tempo, têm sido realizadas algumas ações para tentar minimizar os problemas dos sem abrigos, principalmente, através da criação de albergues ou refeitórios. Porém estas mediadas, têm contribuindo para a manutenção do problema pois contribuem para a dependências face estes locais (Sousa, & Almeida, 2001). Tal como foi referido por Shiin et al. (1990), a solução não reside nestas medidas, mas sim na qualidade dos serviços que são prestados tendo em conta as necessidades, preferências e níveis de satisfação dos utentes (Sousa, & Almeida, 2001). Na grande maioria dos estudos, constatou-se que as necessidades desta população têm a ver com a obtenção de comida, roupas, assistência médica para problemas de saúde física, apoio na área da formação e proteção de direitos, procura de emprego e obtenção de cuidados dentários. Para além destes aspetos, também foram identificados a falta de serviços para situações de crise, de apoio no âmbito saúde mental. Com tudo, também se percebe que estas populações não vêm com bons olhos alguns dos serviços, pois acham que não vão facilitar a sua vida. Além disso, não gostam de pedir auxílio (Shiin et al, 1990). No entanto, muitos gostam das habitações de abrigo pois fornecem-lhes o que na rua não conseguem obter. Existem certas condições que estes estabelecimentos exigem que não são da preferência dos seus utentes como seja a carência de relações sexuais, o curto tempo de funcionante e por vezes a falta de regras rígidas, uma vez que a grande maioria já foi vítima de crimes. Na grande maioria dos casos, o abrigo era sempre visto com piores olhos que a última habitação que residiram. Sendo que os grandes aspetos salientados se caracterizam pela ausência de laços, de privacidade, de dinheiro e anuência de residência (Sousa, & Almeida, 2001).

No sentido de atenuar algumas carências o estado tem incentivado programas destinados à promoção de bairros com rendas reduzidas e económicas, principalmente nas grandes cidades de Lisboa e Porto. São as chamadas “casas económicas”, “bairros camarários”, as “casas para famílias pobres”, as “casas para pescadores” e as “casas para funcionários públicos”. A verdade é que a crise habitacional e as carências a este nível têm-se vindo a acentuar cada vez mais, devido à intensificação dos processos urbanísticos e industrialização. Assim, as transformações sociais e económicas começaram a exigir a implementação destas políticas habitacionais orientadas para a melhoria das condições de reprodução e força de trabalho (Rodrigues, et al.,2017). Na situação de sem abrigo as privações vividas, as exclusões sociais dificultam o progresso de estratégias positivas de cidadania e reestruturação (Rosa, & Abreu, 2015). Contudo, não é de estranhar que em alguns casos estes utentes tenham contactado com o mundo institucional, tanto em colégios internos, reeducação juvenil, estabelecimentos prisioneiros, serviços e tratamentos de alcoolismo, comunidades terapêuticas e hospitais derivados de problemas psíquicos (Sousa, & Almeida, 2001). Deste modo, é necessário promover o exercício da cidadania junto da população beneficiária, intervindo diretamente junto destes, estabelecendo relações de confiança, procurando criar motivação e espaço para o progresso da autossuficiência e (re)inserção. Todavia, deve-se ter sempre em conta as circunstâncias pessoais de cada pessoa para lhes fornecer as respostas que mais se adequam às suas necessidades e capacidades. Há que ter em conta, que o trabalho com a restante população também se torna essencial, visando despertar a consciência social e aquisição de informação sobre a pobreza e exclusão social, pois através de um melhor conhecimento desta realidade entre os participantes da sociedade para que o grande estigma que envolve esta população seja quebrado (Brandão, 2009).

Tendo em conta o mencionado, foi concebido o Sistema de Apoio Comunitário. Implica um conjunto de serviços e apoios a desenvolver ao nível da comunidade, formando-se a rede organizada que, muitas vezes, falta a estas pessoas. Uma rede que envolve profissionais e outros agentes disponíveis para colaborar no desenvolvimento do potencial dos desfavorecidos, integrando-os na comunidade (Ornelas, 1997).

Esta abordagem envolve dez componentes: (1) Localização dos indivíduos, que se relaciona com a disponibilidade de um conjunto de serviços e apoios cheguem aos indivíduos; (2) Assistência na satisfação das Necessidades Básicas, como é o caso da alimentação, vestuário, habitação, segurança pessoal, etc.; (3) Cuidados de Saúde Mental,

consiste na avaliação, diagnóstico e prescrição de medicamento e acompanhamento destes, bem como o acesso a serviços psicológicos; (4) Serviço de Apoio em Situação de Crise (24h para, ajudar os indivíduos e respetivas famílias e amigos em situações de emergência; (5) Cuidados de Saúde, com acesso a atenções médicas regulares; (6) Serviços de Psicossociais e Vocacionais, com a finalidade de melhorar as competências para o funcionamento correto dos papéis sociais, apoio a atividades lúdicas e recreativas, serviços de desenvolvimento vocacional à de colocação profissional; (7) Habitação Apoiada; (8) Consultoria, onde é fornecida informação, apoio e assistência à família, amigos, senhorios, empregadores, instituições e comunidade de modo a maximizar os benefícios a esta população; (9) Sistema de Suporte Natural visando o envolvimento de toda a comunidade, desde o comércio passando pela igreja; (10) Defesa dos Direitos Civis e Acompanhamento Individual, este pressupõe que os serviços devem respeitar a identidade e as necessidades individuais de cada um, fundamentando-se na criação de oportunidades que desenvolvam o seu potencial e autonomia (Ornelas, 1997).

4. *Desafios da Intervenção de Carreira e Orientação Vocacional*

O domínio vocacional deve ser considerado uma prioridade nestes casos, pois, com este, contribui-se para a mobilização, reintegração e participação social. Atividades de desenvolvimento de carreira que incluem a avaliação vocacional, oportunidades de apoio na seleção e manutenção de um emprego, tal como, o desenvolvimento de habilidades de ajuste ao posto de trabalho e desenvolvimento de carreira (Ornelas, 1997). De facto, alguns estudos, têm revelado que o trabalho é fundamental para o bem-estar e saúde mental das pessoas (Blustein, 2008). Existe evidência empírica de que a integração socioprofissional é importante para sustentar ganhos terapêuticos de pessoas com problemas de saúde mental, melhorar a autoestima, esperança, satisfação com a vida, bem como o valor do apoio recíproco e trabalho em equipa (Sato et al., 2014; Tsang, Fung, Leung, Li & Cheung, 2010).

O apoio à integração socioprofissional dos sem abrigo não é fácil pois são encontrados desafios de viver na rua, como a falta de endereço permanente, dificuldades de manter a higiene pessoal, as habilidades encontram-se muito limitadas e muitas vezes estas pessoas encontram-se com graves problemas de saúde (Ferguson, & Xie, 2008). No entanto, a integração socioprofissional destas pessoas, em particular, e das populações desfavorecidas, em geral, deve ser entendida no quadro alargado do seu desenvolvimento

de carreira. Nesse sentido, a teoria de psicologia do trabalho (Blustein, 2006) oferece ferramentas conceituais para entender e agir no sentido de facilitar a integração socioprofissional destas populações. De acordo com esta perspectiva teórica, sobre a importância do trabalho digno na vida das pessoas, existem fatores estruturais e institucionais que podem explicar o acesso ao trabalho digno. Esses fatores são a alienação ocupacional e privação ocupacional. A alienação ocupacional descreve-se como um detrimento que é resultado de fatores sociais, como a pobreza, o estigma e a discriminação, que impedem a participação destas pessoas em algum trabalho. Por outro lado, a privação ocupacional prende-se com o não envolvimento em ocupações significativas para o indivíduo devido a fatores que estão fora do seu controle. O conceito de privação ocupacional, aplicado a pessoas sem abrigo, refere-se a experiências que restringem o acesso ao mercado de trabalho. As condições de privação e alienação ocupacional trazem consigo consequências que vão desde o declínio na saúde e no bem-estar há segurança e manutenção de conexão social (Marshall, Lysaght, & Krupa, 2018).

Esta população tem necessidade de emprego e de habitação (Marrone, 2005). As atividades de desenvolvimento de carreira podem dar um contributo ao permitirem o desenvolvimento de competências de planeamento de carreira, construção de rede social mais próxima que, conseqüentemente, facilitam a mudança com base no compromisso do indivíduo e envolvendo agentes da comunidade – avaliação, formação e serviços de emprego (Marrone, 2005).

Ao longo dos últimos anos, a abordagem aos problemas da formação e do emprego têm evoluído no quadro da necessidade de aprendizagem ao longo da vida. A verdade, é que os níveis de formação e a situação em que se encontra o mercado de trabalho têm-se revelado fatores de exclusão e/ou inclusão, que vão ter implicações nos rendimentos, na realização pessoal, e claro, no exercício da cidadania (Ramos, 2007). Dadas as dificuldades acrescidas desta população, torna-se fundamental capacitar ao nível educativo, psicológico, bem como na promoção de autonomia (Brandão, 2015). Contudo, há que referir o papel importante da cidadania e da responsabilidade empresarial nos domínios da formação e qualificação profissional, emprego e inclusão social. É necessário melhorar a qualificação e garantir a empregabilidade destas populações em idade ativa. Pois, limitações na formação, iliteracia e o abandono escolar, muitas vezes frequentes nestes indivíduos, contribuem para a consolidação do desemprego (Ramos, 2007). Desta forma, as intervenções de desenvolvimento de carreira são uma alternativa

que possibilita o exercício da autonomia, através do planeamento e promoção de estratégias de consolidação de objetivos de vida, tornando-se numa forma de apoio e antecipação aos desafios que estas pessoas têm de enfrentar (Brandão, 2015).

O desemprego de longa duração, vínculos precários e trabalhos temporários levam, muitas vezes, a pontos de rutura e a marginalização de muitos trabalhadores. Estes, os de baixas qualificações, são sem dúvida os mais vulneráveis à exclusão. Para muitos, estar em situação de desemprego significa, a perda de um dos vínculos mais importantes de ligação à sociedade e à rede de relações interpessoais que o emprego origina (Ramos, 2007).

Contudo, segundo o estudo de Tilbury e colaboradores (2011) sobre o desenvolvimento de carreira, sugere que as grandes barreiras constatadas por estes indivíduos, residiam então na falta de estabilidade na educação, na falta de interesses dos outros nas suas vidas, conhecimentos limitados acerca das opções de emprego, bem como dos requisitos para alcançar os mesmos. Todavia, não podemos dizer que a pobreza apenas está relacionada com a falta de emprego, mas também com aspetos estruturais da sociedade portuguesa, como são o caso do sistema de segurança social, que apresentam pensões de reforma muito baixas; o mercado de trabalho, com salários baixos e precário; e o sistema educativo, produzindo grandes desigualdades, resultando em baixas qualificações (Ramos, 2007).

As características do sistema de emprego e de formação influenciam de forma imperativa as oportunidades de inserção social, a construção das identidades individuais e coletivas, bem como os modos de vida das populações (Ramos, 2007). Desta forma, o aconselhamento de carreira afigura-se como uma das possibilidades para o estabelecimento de objetivos, identificação de oportunidades e recursos, bem como o planeamento da trajetória de vida (Brandão, 2015).

Para a criação e promoção de emprego, e desta forma, prevenir futuras ruturas profissionais é importante apostar no desenvolvimento, na formação, e gestão de recursos humanos, bem como em estratégias de aprendizagem ao longo da vida. É necessário, identificar e criar perfis de formadores e outros atores que trabalhem numa perspetiva desenvolvimentista, pessoal, social e profissional para a integração das populações mais desfavorecidas (Ramos, 2007). É neste contexto que se sublinha o apoio direto aos

indivíduos, no sentido de promover a tomada de decisão e outras dificuldades que se colocam à integração destas pessoas no mercado de trabalho (Brandão, 2015).

5. *Perspetiva do Trabalho Digno e desenvolvimento de carreira de Sem Abrigo*

As pessoas quando perdem os seus empregos, vivem muitas vezes lutas tremendas com problemas de saúde mental. Esta perda, a nível individual, está associada muitas vezes a problemas de autoestima, conflitos relacionais, alcoolismo, abuso de substâncias e outras ainda mais graves (Blustein, 2008). Por outro lado, a nível da comunidade, as perdas de um emprego têm sido associadas a um declínio na qualidade de vida nos bairros, na qualidade de vida das relações familiares, e a um aumento da criminalidade, bem como problemas em outros aspetos críticos da vida contemporânea. Assim, esta perda leva a uma desintegração na qualidade de vida, tornando-se a peça chave para o desenvolvimento da saúde psicológica (Blustein, 2008).

Para entender o desenvolvimento de carreira das populações desfavorecidas, Blustein (2006) apresenta os pressupostos fundamentais da Teoria da Psicologia do Trabalho (TPT), que consiste na ideia de que o trabalho é um aspeto essencial da vida e uma componente essencial da saúde mental. Considera, ainda, que o estudo psicológico do trabalho deve ser inclusivo pois, muitas vezes, o trabalho e outras experiências pessoais estão intimamente ligados. Assim, uma perspetiva alargada do trabalho deve considerar, não só, a sua dimensão psicológica, mas também os fatores sociais, económicos, políticos e históricos que o caracterizam (Duffy, Blustein, Diemer, & Autin, 2016).

O conceito de trabalho digno é fundamental para entender a importância do trabalho na vida das pessoas. Segundo a OIT (2008, 2012), o trabalho digno é caracterizado por quatro atributos inter-relacionados. Primeiro, implica um esforço conjunto dos governos e de autoridades políticas para criar empregos para garantir a existência de oportunidades razoáveis para as pessoas se esforcem para trabalhar. Segundo, o trabalho digno inclui garantias de direitos para os trabalhadores, incluindo, entre outros, o de representação, liberdade de associação, acesso à negociação coletiva e outros padrões legais que fornecem direitos humanos aos trabalhadores. Terceiro, o trabalho digno garante que o diálogo social seja sancionado entre trabalhadores, empregadores e líderes do governo para facilitar um mundo de trabalho comunitário versus controlador. Quarto, implica segurança no trabalho, tempo livre e descanso

adequados, levar em consideração os valores familiares e sociais, fornecer compensação adequada em caso de perda ou redução de renda e permitir acesso a cuidados de saúde adequados (Duffy et al., 2016).

Na psicologia, o estudo do trabalho tem sido focado nos fatores do indivíduo (crenças de autoeficácia, diferenciação de interesses). Os fatores contextuais e estruturais (restrições econômicas, discriminação racial ou de gênero e marginalização) têm estado num segundo plano da teoria, investigação e prática neste âmbito (Duffy et al., 2016). Assim, a TPT, propõe que os fatores socioculturais devem ser tratados como primordiais na compreensão das decisões de carreira e das experiências de trabalho de todas as pessoas, independentemente da formação, mas em particular aquelas que provêm de origens mais pobres, de classes trabalhadoras e populações marginalizadas e/ou desprovidas de direitos. Deste modo, os principais objetivos da TPT encaixam-se bem na ênfase da psicologia de aconselhamento, justiça social e no multiculturalismo, oferecendo uma conjuntura integrada sobre o mundo do trabalho (Duffy et al., 2016).

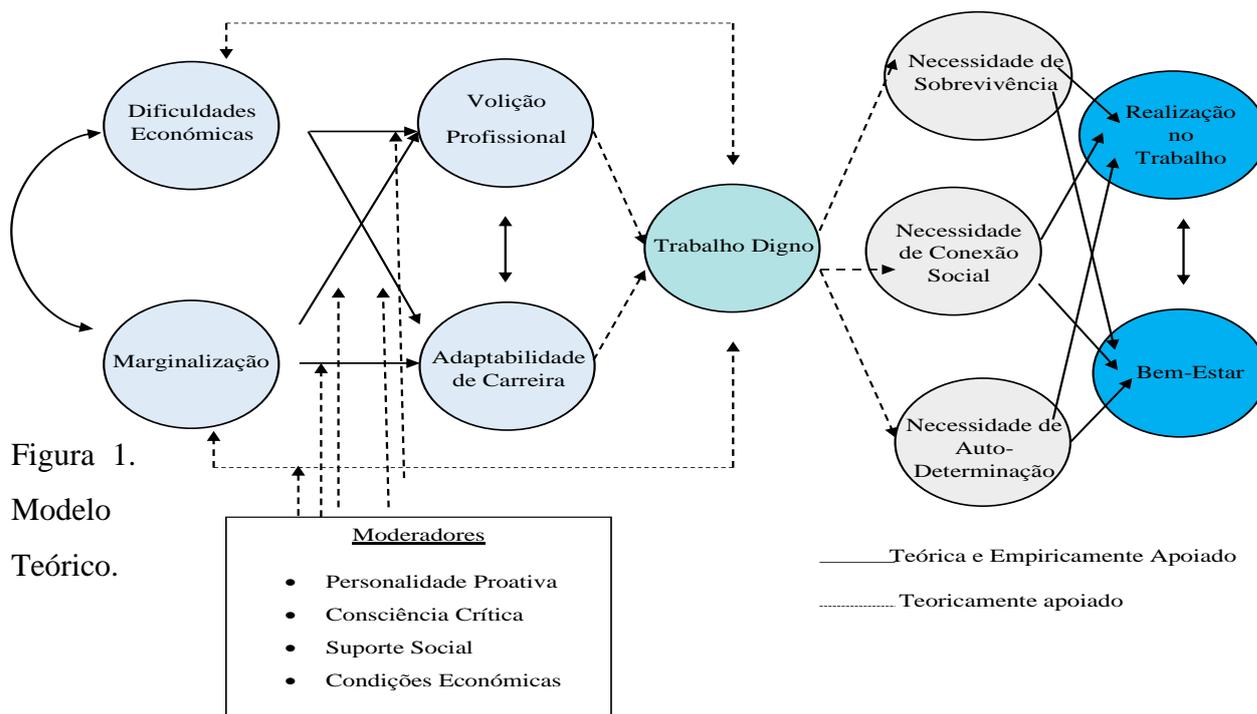
O modelo sobre a importância do trabalho digno (Figura 1) para a realização no trabalho e satisfação com a vida evidencia essa abordagem compreensiva do tema do trabalho. Nesta perspectiva é atribuída grande importância quer às restrições econômicas quer à marginalização.

As restrições econômicas estão vinculadas à classe social, definida como a posição que uma pessoa ou grupo ocupa na hierarquia sócio-econômico-cultural. A classe social desempenha um papel crítico no acesso aos recursos econômicos, bem como ao capital, tanto social e cultural, que facilita o desenvolvimento da carreira e o acesso ao trabalho digno. Considerando o papel limitativo do desenvolvimento de carreira das restrições econômicas, a investigação sobre a TPT permite documentar a vida profissional daqueles que têm um acesso limitado a oportunidades econômicas e culturais (Duffy, et al., 2016).

A marginalização que representa o rebaixamento de pessoas (ou grupos de pessoas). É uma barreira crítica para garantir trabalho digno. A classe social representa uma maneira pela qual as pessoas são marginalizadas, e desta forma torna-se difícil, se não impossível, separar a classe social de outras formas de marginalização. Por exemplo, a disparidade salarial entre os gêneros reflete o entrelaçamento de gênero e classe social, enquanto as desigualdades socioeconômicas e raciais ou étnicas de longa data se refletem nas disparidades de rendimento e riqueza entre negros e brancos (Duffy et al., 2016).

Além destas variáveis do contexto preditoras do acesso a trabalho digno, o modelo também considera variáveis do indivíduo. É o caso da volição ao trabalho, um dos construtos centrais no modelo TPT. Tem a ver com a percepção dos indivíduos sobre as suas possibilidades de fazer escolhas na carreira apesar das restrições que se lhe colocam. A volição ao trabalho depende muito da percepção que os indivíduos têm das barreiras internas e externas ao seu desenvolvimento de carreira. No entanto, como uma percepção, ela também está posicionada como uma variável atitudinal que atribui significado ao trabalho, ajuste pessoa-ambiente, satisfação no trabalho e satisfação com a vida entre adultos (Duffy et al., 2016). A segunda variável individual preditora de trabalho digno é a adaptabilidade na carreira. Trata-se de um construto psicossocial que denota a prontidão e os recursos que o indivíduo apresenta para lidar com as tarefas atuais e previstas do desenvolvimento de carreira (Savickas, 2013). Este atributo individual também pode ser afetado por fatores contextuais. A adaptabilidade é composta por quatro subcomponentes: preocupação com o futuro vocacional, sentimento de controlo da vida e do ambiente, curiosidade sobre si mesmo e oportunidades profissionais e confiança em ser capaz de concluir tarefas e superar obstáculos (Savickas, 2013).

A relação entre as variáveis contextuais e individuais preditoras de trabalho digno podem ser moderadas por variáveis como a personalidade proactiva dos indivíduos, a sua consciência crítica, o apoio social e as condições económicas. A personalidade proativa que se baseia no que impulsiona um indivíduo a mudar o seu ambiente, pode ser particularmente importante quando o ambiente é menos propício ao seu sucesso profissional. Como tal, a relação entre fatores contextuais com a vontade de trabalhar, a adaptabilidade da carreira e a capacidade de garantir um trabalho digno seja moderada pela personalidade proativa de um indivíduo (Duffy et al., 2016).



A consciência crítica implica a reflexão crítica sobre as condições sociais e estruturais que estão subjacentes à desigualdade (Blustein, Olle, Connors-Kellgren, & Diamonti, 2016). O desenvolvimento da consciência crítica é fundamental para que os indivíduos possam lutar contra os limites impostos pelas restrições económicas e marginalização que impedem o desenvolvimento de carreira (Duffy et al., 2016). As outras duas variáveis moderadoras são o apoio social, o qual tem a ver com o grau em que os indivíduos se sentem apoiados pela família, amigos, outras pessoas significativas e a comunidade em geral para enfrentar as restrições económicas e marginalização (Blustein, Kenny, Autin, & Duffy, 2019). Finalmente, as condições económicas também podem funcionar como variável moderadora. Muita investigação tem documentado como o desemprego, baixo salário, oportunidades de evoluir na carreira, limites no acesso a formação acabam por limitar os recursos económicos (OECD, 2015)

O trabalho digno tem a capacidade para atender a três necessidades estabelecidas pelo PPT, como demonstra a figura 1, e estas são as seguintes: Necessidade de Sobrevivência, pois a falta de trabalho muitas vezes se relaciona com a dificuldade na aquisição de recursos que ajudem a garantir a sobrevivência. Observando a nossa sociedade constata-se que o acesso aos recursos tem de ser tornado cada vez mais estratificado, originado o desenvolvimento de categorias sociais, muitas vezes baseadas

em qualidades demográficos e fenótipos. Contudo, são estas categorias sociais que continuam a originar relações problemáticas entre pessoas, que muitas vezes é representado pela dificuldade de acesso à educação, saúde e emprego (Blustein, 2008). A seguinte Necessidade é de Relacionamento, pois como já foi referido anteriormente o emprego fornece acesso a apoio social e conexões relacionais. A terceira e última Necessidade refere-se a Autodeterminação, refere-se à experiência da autenticidade que é muitas vezes caracterizada pelo sentimento de que a pessoas é o “autor” da sua própria vida, e assim, de acordo com esta teoria as pessoas estando motivadas para exercer as suas funções são capazes de iniciar e manter a motivação de uma forma autêntica. Isto é, ao obterem um trabalho digno, permite-lhes satisfazer as necessidades psicológicas básicas. E a satisfação destas, por sua vez, levam à realização no trabalho e bem-estar (Blustein, 2008).

No entanto, o que é único sobre a TPT é o facto de colocar os fatores sociais e económicos na vanguarda do entendimento do acesso ao trabalho digno como resultante da interação entre fatores contextuais, psicológicos e económicos. A perspetiva do TPT também reconhece que as pessoas desenvolvem um sentido subjetivo da sua classe social ou uma identidade que estruturam relacionamentos interpessoais e discriminação. Assim, a raça ou etnia e gênero representam marcadores sociais mais fenotipicamente óbvios que estruturam interações sociais, opressão internalizada e preconceito interpessoal, acabando por influenciar o acesso à utilização de recursos económicos (Duffy et al., 2016).

6. *Transição profissional no Processo de Alojamento*

A imagem que anteriormente se tinha destas pessoas era que eram desleixadas, de meia-idade, alcoólatras e desempregadas que dormem em bancos de parque, portas ou sob pontes. No entanto, desde meados do ano 1980, surge um novo perfil de pessoas sem abrigos, que inclui jovens desempregados, fugitivos, idosos, pacientes psiquiátricos dispensados, mulheres e crianças que escapam da violência doméstica, mães e famílias solteiras em assistência social e aquelas que não conseguem encontrar e moradias (Heubner & Tryssenaar, 1996). Não há uma razão simples para alguém estar nesta condição, a falta de casa é por vezes ponto final de uma sequência de crises e oportunidades perdidas ao longo da vida, bem como o culminar de desajustes graduais nas relações e instituições de apoio (Heubner & Tryssenaar, 1996). Embora existam

inúmeros centros de abrigo em todo o país para atender a algumas destas necessidades, elas por vezes são apenas soluções temporárias, pois a grande maioria não está qualificada com todos os serviços destinados às necessidades mais complexas desta população (Heubner & Tryssenaar, 1996).

Os fatores estruturais e institucionais a que estes indivíduos estão sujeitos moldam as suas vidas pois tem contribuindo para a experiência da alienação e privação profissional. A alienação profissional descreve um contexto em que fatores como pobreza, estigma e discriminação, impedem a participação em atividade profissional significativa. Aos sem abrigo esta alinação ocorre por haver uma falta de controlo sobre o seu próprio tempo, deixando-os obrigados a desenvolver determinadas atividades para garantir que suas necessidades básicas sejam atendidas (Marshall, Lysaght & Krupa, 2018). Por outro lado, temos a privação profissional, definida segundo Whiteford (2000), como sendo um estado de impedimento de desenvolver atividade profissional de necessidade e / ou significado devido a fatores que estão fora do controlo imediato do indivíduo (Whiteford, 2000). A privação profissional foi identificada como uma experiência onde estas pessoas vivem em situação de centros de abrigo, onde o ambiente é de certa forma restrito a atividades de significado (Marshall, Lysaght & Krupa, 2018). A alienação e privação profissional têm consequências negativas para esta população e exemplos disso são o declínio na saúde e bem-estar devido à falta de acesso a ambientes e recursos que permitem a participação em atividades de autocuidado, emprego significativo e remunerado, e à segurança e manutenção da conexão social. Poucos estudos tem vindo a explorar as experiências ocupacionais de pessoas sem abrigo durante a transição de estar sem teto para encontrar um lugar de abrigo, bem como as suas experiências de alienação e privação ocupacional que são modificadas com esta mudança (Marshall, Lysaght & Krupa, 2018).

A transição profissional começou por ser qualificada como um processo dinâmico e integrado nas transições da vida, em vez de ocorrer ao lado delas. Contudo, quando essas transições de vida ocorrem, as mudanças contextuais também sofrem consequências, e ambos influenciam as ocupações. Desta forma, a relação entre profissional, a vida e as transições no contexto são importantes para esclarecer qualquer tópico relacionado com transição ocupacional (Marshall et al, 2018). A transição ocupacional foi observada como um facilitador do envolvimento profissional. Embora não exista atualmente uma teoria coesa da transição profissional, vários estudos

exploraram esta experiência, exemplos disso são a transição profissional durante a reforma, a transição no emprego durante a imigração, e transformação nos papéis dos indivíduos quando se torna progenitor (Marshall et al., 2018).

A transição de pessoas que vivem nesta condição a longo prazo para serem novamente alojados não envolve apenas a transição significativa da vida, mas também uma grande mudança nos seus ambientes ou contextos físicos que possam oferecer novas oportunidades e desafios ocupacionais. Esta mudança provavelmente originará um conjunto de alterações no envolvimento profissional, no desempenho e nas suas experiências (Marshall et al., 2018). Assim, estudar a percepção que os sem abrigos têm da sua trajetória de vida e do seu desenvolvimento de carreira pode acrescentar ao entendimento dos processos de transição destes indivíduos.

Propósito do estudo

Tendo subjacente a revisão de literatura realizada, nomeadamente o modelo TPT, este estudo visa dar um contributo para esclarecer as variáveis pessoais e contextuais relativas à transição para o mundo do trabalho de pessoas sem abrigo. Nesse sentido, procura-se responder à seguinte questão de investigação:

- 1) Qual a percepção que os participantes deste estudo têm sobre a sua trajetória de vida e sobre o seu desenvolvimento de carreira?

Esta análise holística da sua trajetória ao longo do ciclo de vida também visa contribuir para práticas de desenvolvimento de carreira que considerem pessoas desfavorecidas, onde os fatores do contexto e individuais possam ser pensados de forma integrada para intervenções ajustadas às necessidades dessas pessoas.

Método

Participantes

Amostra de pessoas sem abrigo

A amostra é constituída por nove participantes sem abrigo (Tabela A), com idades compreendidas entre os 30 e 61 anos ($M = 45$; $DP = 10.80$) sendo que quatro eram do género feminino e cinco do género masculino, assim num total participarem 11 elementos neste estudo (5 mulheres e 6 homens).

Tabela A. Descrição da amostra

Género	Idade	Estado Civil	Ano de Escolaridade	Profissão
Feminino	-	Solteira	Licenciatura	Estudante
Masculino	-	Casado	Doutorado em Psicologia	Professor
Masculino	42	Solteiro	3ºAno	Tratador de cavalos
Masculino	61	Divorciado	6ºano	Pedreiro
Masculino	30	Solteiro	6ºano	Operador Fabril
Feminino	39	União de Facto	9ºano	Cuidadora de Idoso
Feminino	54	Solteira	4º ano	Cozinheira
Feminino	44	Divorciada	9ºano	Emprega de Limpezas
Feminino	51	Viúva	Licenciatura	Enfermeira
Masculino	30	Solteiro	8ºano	Trabalhador Agrícola
Masculino	53	Solteiro	4ºano	Pintor da Construção Civil

Investigadores

A equipa de pesquisa é constituída por uma aluna de mestrado em Psicologia da Educação, da Universidade de Évora, e por um docente do Departamento de Psicologia da Universidade de Évora, professor e investigador em psicologia vocacional. Os interesses que levaram a esta investigação prendem-se pelo desenvolvimento de carreira de pessoas mais desfavorecidas e pela psicologia do trabalho. Os dois elementos, reuniram-se e discutiram sobre as melhores práticas de pesquisa, sobre as expectativas e os resultados que se pretendiam obter. Antes da fase de análise de dados da pesquisa, os pesquisadores discutiram quais as suas expectativas sobre os resultados do estudo de forma a evitar o viés face aos domínios analisados. Fizemos isso para aumentar a conscientização sobre possíveis dilemas e incentivar a objetividade ao longo da análise. Tendo como base as nossas experiências pessoais e profissionais com estas populações, era expectável que os participantes não se sintam muito confortáveis a falar de alguns temas das suas vidas pois são pessoas bastante isoladas, que esperam a crítica da “sociedade”, e que desta forma isso impeça o aprofundamento de determinadas temáticas. Contudo, similarmente, com base na revisão de literatura feita, constatamos que o emprego é algo essencial para esta população, por essa razão esperamos que o tema sirva de reforço para uma conversa aberta entre o participante e o entrevistado. O primeiro investigador esperava que a família de origem e a família constituída fossem um dos principais factores contribuindo ou não para a situação de sem abrigo. Também esperava que a falta de recursos limitasse a transição para o mundo do trabalho. O segundo investigador esperava as influências externas, como a família, a perda de emprego seja factores fundamentais para o desenvolvimento da condição de sem abrigo.

Medida

Foi elaborada uma entrevista semiestruturada tendo por base a revisão de literatura. Conferimos os exemplos utilizados em estudos anteriores (Duffy et al., 2016; Eggerth et al., 2012; Flores et al., 2011; Gelberg et al., 2004; Schindler, & Coley., 2007) para obtermos ideias de novas perguntas para a nossa amostra. A elaboração do guia de entrevista também teve subjacente as variáveis que definem a perspectiva: “Psicologia do Trabalho” (Blustein, 2016). Antes de chegar à entrevista final, realizou-se “entrevista

piloto”, que foi essencial para a o estudo principal, visando testar a validade facial das perguntas elaboradas.

As questões da entrevista pretendem facilitar a elaboração sobre as suas histórias de vida, analisar o atual ambiente de trabalho dos participantes, ou a falta deste, bem como as razões que os levaram até esta condição. Assim, fizeram parte da entrevista as seguintes questões:

1. Fale-me um pouco do seu percurso escolar e profissional...
2. Como explica ter ficado sem abrigo/ ter caído nesta condição?
3. Do que sente mais saudades da sua anterior vida? Sente que errou em algum aspeto?
4. O que tem feito para conseguir concretizar os seus sonhos?
5. Que barreiras, obstáculos tem confrontado?
6. O que facilitaria ultrapassar a condição de sem abrigo (que alternativas profissionais considera, se pudesse escolher o que escolheria, acha que é possível escolher?) (porque essa atividade? Em que medida se ajusta a si?)
7. Perante a sua situação atual, como experiênciaria a forma como a “sociedade” olha para os sem abrigo?
8. Descreva o seu plano ou sonho para o futuro (Caso não considerem o trabalho no seu sonho ou planos perguntar se o trabalho não faz parte dos planos? Porquê? Caso refiram o trabalho, questionar em que era importante para eles ter trabalho).
9. O que seria para si conseguir um trabalho digno? O que é que esse trabalho lhe permitiria.

Procedimentos

Recrutamento de participantes

O recrutamento dos participantes foi um processo um pouco difícil, pois, por vezes tona-se complexo que estas pessoas se sintam à vontade para falarem com desconhecidos. Por outro lado, a grande maioria dos entrevistados ao se encontrarem em instituições que acolhem e auxiliam as pessoas que se encontram nesta condição colocam entraves à entrevista, justificando com procedimentos éticos a serem cumpridos para conseguirmos chegar às pessoas. Desta forma, procedeu-se ao pedido dirigido a diretores de várias instituições de norte a sul do país por endereço electrónico. Por vezes, também através do contacto direto. Nestes contactos eram apresentados os objectivos do estudo, método de recolha de dados e procedimentos para garantir a confidencialidade de toda a informação. As pessoas que participaram voluntariamente assinavam documento de consentimento informado.

Entrevista

Antes de se proceder à realização das entrevistas, ocorreu uma breve apresentação entre o entrevistador e o participante para que, de certa forma, se criasse um bom ambiente entre ambos. De seguida, foi lido o consentimento informado e assinado, para que tudo ficasse esclarecido antes de se iniciar as mesmas. As entrevistas foram gravadas, contudo, também foram ocorrendo anotações de campo durante as mesmas, obtendo-se informações sobre o espaço em que estas ocorriam, os comportamentos não verbais que eram demonstrados e aspetos físicos relevantes. As informações de identificação não serão reveladas, de forma a garantir a privacidade e a confidencialidade dos dados. As entrevistas foram concretizadas nas instituições em se encontram os participantes, numa sala, o mais privada possível, com o intuito de aumentar o nível de conforto e confiança dos intervenientes. As entrevistas decorreram aproximadamente durante uma horas. Estes diálogos foram transcritos e revistos tendo em conta a entrevista gravada, de forma para garantir que o significado das respostas não fosse enviesado ou perdido na transcrição. As anotações de campo foram tidas em consideração para cada entrevista, para que tudo fique bem contextualizado e corretamente analisado.

Análise dos dados

Os dados vão ser analisados segundo o método *Consensual Qualitative Research* (Hill, Thompson, & Williams, 1997). O CQR tem a vantagem de permitir a análise aprofundada das experiências individuais através de um processo que implica o consenso entre juízes como garante da objectividade dos resultados. (Hill, Knox, Thompson, Williams, & Ladany, 2005).

As informações coletadas através das entrevistas semiestruturadas foram analisadas por dois investigadores que procuram decisões consensuais. Primeiro, a equipa desenvolveu domínios revendo as entrevistas efetuadas e codificando respostas para cada um desses domínios. Realizando esta tarefa foram estabelecidos 3 domínios. Em seguida, os investigadores discutiram as suas considerações individuais de forma a obter um consenso sobre cada um do domínio (Cardoso, Taveira, Biscaia, & Santos, 2012). Após a realização deste processo, resumiram-se as respostas de cada participante numa lista de ideias centrais para cada domínio. Também aqui o processo implicou consenso entre os investigadores. Depois, em análises independentes, os investigadores definiram categorias dentro dos domínios. Cada um dos juízes realizou este processo, acabando por se realizar uma discussão final, para se obter um consenso sobre os títulos das categorias e as ideias a serem colocadas.

Resultados

A análise dos dados levou à definição de três domínios: (1) passado, onde o participante relata episódios do passado, relativos à dimensão psicossocial da sua trajetória de vida; (2) presente, o participante relata episódios do presente relativos à dimensão psicossocial da sua trajetória de vida; e (3) carreira, relativo à descrição de episódios que envolvem os papéis familiar, de estudante e trabalhador.

As categorias, resultantes do primeiro domínio, denominado de Passado são mostradas na Tabela 1 para a amostra total. Segundo Hill et al. (2005), as categorias foram consideradas de frequência típicas se ocorrerem em mais da metade dos casos, variantes se ocorrerem em menos da metade, e raras se ocorrerem em apenas um caso. No domínio do Passado (1), as categorias típicas foram a pobreza, o abandono e insucesso escolar e a perda da saúde mental. A pobreza está associada à falta de recursos familiares durante a infância. Neste sentido, são ilustrativas as palavras do participante 1:

“Os meus pais eram pobres, trabalhavam nos montes... (pequeno silêncio) Nunca tive assim, pronto, que eu me recorde, nunca me compravam livros. Os livros que eu tinha eram sempre dos outros alunos”.

No entanto, a pobreza também resultou, posteriormente, de acontecimentos como o desemprego, como evidenciam as palavras do participante:

“Fiquei sem casa. Muito simples (...) Não tinha dinheiro para pagar renda (...). A minha senhoria tirou-me a casa.” (Participante 7)

O abandono e o insucesso escolar também, marcam tipicamente o passado destes participantes. Por vezes o abandono e insucesso escolar resultam de pouco interesse por parte dos participantes (e.g. “Mas chumbei por faltas” P2). Outras vezes associados á necessidade de ajudar a família (e.g. “Tenho o sexto incompleto porque tive que cuidar da minha avó que tinha Alzheimer” P4).

Os problemas de saúde mental também ocorrem com frequência típica no passado destes participantes e marcando a condição de sem-abrigo. São ilustrativas as palavras do participante 6:

“E então houve ali um desentendimento como eu tenho (pausa) uma depressão crónica, pronto... humm... tive uma recaída e então eles internaram-me e disseram-me que já não me queriam lá mais e então eu tive de vir para aqui.”

Face à análise da tabela 1, também devemos ressaltar que apesar de não ser uma categoria típica, a rejeição e abando por parte de figuras de referência; os comportamentos aditivos; perda de pessoas significativas; e violência doméstica, revelaram-se categorias variante.

Para a primeira categoria mencionada acima, esta ocorre quando o participante era rejeitado por elementos da sua própria família (e.g. “ ... não me dava comida, não... pronto, rejeitava-me em casa, eu senti-me rejeitado” P1), ou em situações de rotura conjugal (e.g. “Sim, depois separei-me dos meus filhos, separei-me da mãe dos meus

Tabela 1 – Domínio: Passado (N = 9)

Categorias	F	Exemplos ilustrativos
Rejeição e abandono	Variante 1,5, 6, 8,	Eu não tenho mãe nem pai, fui criado sem pai e mãe, não conheço família P8
Perda de pessoas significativas	Variante 1, 5	Foi a morte do meu pai P5
Pobreza	Típico 1,2,6,7, 9	Os meus pais eram pobres, trabalhavam nos montes P1
Abandono e insucesso escolar	Típico 1,2,3, 4,6, 9	Eu fugia da escola para ir tratar dos cavalos P1 Chumbei por faltas P2
Problemas de Saúde Mental	Típico 4,5,6,8, 9	Já fui, ao medico dos nervos, ao psiquiatra de urgência, já me ajustou medicação 4
Comportamento aditivo	Variante 1, 2, 3, 8	Por causa da toxicodpendência. Meti-me nestes consumos e perdi tudo e, depois vim parar aqui P8
Comportamento desviante	Raro 1	Apanhei uma pena suspensa de quatro anos e oito meses P1
Violência doméstica	Variante 5, 6	Mas ele tinha amante e tratava-me mal. P5
Rotura de vínculos	Raro 5	E tive que o deixar, meteu-me na rua e tirou-me da minha casa P5
Resiliência	Raro 2	mas se não tiver força de vontade não vale a pena. P2

Nota: F = frequência

filhos e optei uma vida de 19 anos de consumo” P8). Com frequência variante os comportamentos aditivos surgem associados ao participante se encontrar na situação de sem abrigo (e.g. “Por causa da toxicodependência. Meti-me nestes consumos e perdi tudo e, depois vim parar aqui.” (P8). No entanto, o comportamento aditivo também emerge como um escape para aliviar determinados sentimentos negativos que tinha presente na sua vida. A perda de pessoas significativas também marca com frequência variante a vidas dos participantes. Essas perdas envolvem, fundamentalmente, o falecimento de pessoas significativas, como revelam as palavras de um dos participantes:

“(…) no regresso a casa tiveram um acidente. A minha mãe morreu logo no dia, ao final de quinze dias o meu pai, e ao fim de um ano o meu irmão.” P1).

Ainda com frequência variante, temos a violência doméstica exercida pelo cônjuge (e.g. “Violência doméstica, sim. E então tive de sair da zona onde estava.” P6).

Por último, as categorias com frequência rara referem-se a comportamentos desviantes; à rotura de vínculos; e à resiliência. De forma a ilustrar a primeira categoria mencionada acima, temos o seguinte excerto; “Fugia da escola, pronto, andava sempre metido em problemas com os amigos” (P1). Por sua vez, a rotura de vínculos é ilustrada pela afirmação do participante 5 “: Mas ele tinha amante e tratava-me mal, e tirou-me de casa”. A resiliência também surge com frequência rara nas referências ao passado, como é o caso do participante 2 quando descreve a luta para se libertar da dependência do álcool:

“Chego a casa com uma grande bebedeira, falei para ele [imagem de Cristo], eu bêbado, pergunta ele “Então que vida é a tua, todos os dias bêbado?” Vou fazer-te uma promessa, a partir de hoje não toco num copo de vinho e nunca mais.”

Tabela 2 – Domínio: Presente ($N = 9$)

Categorias	F	Exemplos ilustrativos
Rejeição Abandono	Variante 1,6,7	Ela já disse isso. Ela numa altura também já me disse: “Eu posso saber que estás a dormir num banco de jardim, e que estás a passar fome, eu passo por ti e nem te conheço, porque tu não és a minha mãe”. Isso dói. Magoa P7

Problemas de saúde mental	Típico 1,2,4,5, 6,9	...estava a fazer mal a mim própria, como estes cortes... tentativas de suicida P4
Comportamento aditivo	Variante 1, 3	O problema é só mesmo o haxixe. Consigo ainda fumar uns 5 ou 6 por dia P3
Resiliência	Típico 1,2,4,6,8,9	Consegui. A gente desde que deixe os consumos que vai conseguindo o resto P8
Violência doméstica	Rara 5	Ele está cá também, mas eu cortei a relação porque ele bateu-me P5
Rotura de Vínculos	Variante 2, 3,5,6	... Depois conheci uma mulher, aqui, em Elvas, tive um casal de filhos, chateamo-nos e vim para aqui P2
Reconstrução de laços	Típico 2,3,4,6,7,8	Já eu fico contente, já eu estou bem. Já é o sonho, pronto. De tê-la outra vez comigo e poder fazer aquilo que durante este tempo eu já não pude estar a fazer com ela P6
Sentimentos negativos (e.g. injustiça, revolta, arrependimento e perda)	Típico 1,2,3,4, 5,7	Todos os dias [recorda os pais]. Ou às vezes pronto, quando como uma refeição típica que a minha mãe fazia, uma açorda de alho ou umas sopas de tomate ou... (pausa) é isso P1
Discriminação	Variante 1,6, 8,9	Hoje senti que já estou a ser um bocadinho posto de parte, por estar aqui P1

Nota: F = frequência

Em relação à tabela 2, que representa o domínio Presente, temos como categorias de frequência típica: problemas de saúde mental; resiliência; reconstrução de laços; e sentimentos negativos (e.g. injustiça, revolta, arrependimento e perda). No que se refere

aos problemas de saúde mental, podemos exemplificar esta categoria com uma das afirmações do participante 4:

“Até agressiva me tornei e tudo ... se eu antes já não era boa, até me tornei agressiva quero partir tudo, levar tudo à frente. Mandaram-me ir à psiquiatra de urgência hoje e mandaram-me ajustar a medicação. E não tomei agora a dos nervos. A proteção mandou-me ir a psiquiatra, que agora estou mesmo agressiva, coisa que eu não era. E qualquer coisa, que partir qualquer coisa, quero Sei lá o que eu quero.”.

Todavia, os problemas de saúde mental são variados. Alguns participantes revelam, no presente, ideação suicida, como revelam as palavras do participante 2:

“Só peço, eu por acaso não sou muito de pensar nisso, mas ultimamente, pôr uma corda ao pescoço, é que aqui nem comboio há”

As experiências de resiliência também ocorreram com frequência típica. Manifestaram-se na capacidade dos participantes em lidarem com os problemas do quotidiano, adaptarem-se às mudanças, bem como nas tentativas de superação de obstáculos:

“Se eu fosse como os outros ainda estava aí agarrado à coca como já estive, ou andava aí bêbado todos os dias e eu procuro, mesmo que tenha essa facilidade, principalmente em termos da bebida, procuro não o fazer porque não me vale a pena, só me destrói ainda mais. Tanto em termos de capacidade da cabeça, tanto em termos de saúde, tanto o dinheiro que não tenho, não vou gastar que não tenho. Mesmo quando tenho, mesmo quando tive, procuro não o fazer, porque sei que não me dá qualquer tipo de alento sem ser aquele quarto de hora em que me sinto simpático e depois no outro dia estou com uma ressaca maior que eu e os problemas são iguais.”(Participante 9).

A importância da reconstrução de laços também marca tipicamente a trajetória de vida dos participantes. O desejo de reconstrução de laços revela-se nos sentimentos expressos (e.g. “O que eu sinto mais falta... ter a minha casa, ter os meus filhos ao pé de mim.” P8) ou através de comportamentos que permitiram a reaproximação com familiares. São marcantes as palavras do participante 2:

Fomos lá beber café e ela fez-me chorar no meio do café, deu-me uma prenda, duas, deu-me duas prendas. Mas deu-me uma, virou-se para mim “Pai, abre”, “No meio do café? Estás maluca? Abro lá em casa.” “Mas eu quero ver a tua reação” “A minha reação?” “Abre.”. Tanto insistiu comigo, fui obrigado. Abri a prenda e parece que estou a ver, as lágrimas vieram-me aos olhos e ela “então, gostas, pai?”

Todavia, a vida destas pessoas também é pautada por sentimentos negativos de injustiça, revolta, arrependimentos e perdas, como é o caso do participante 2 que afirma o seguinte:

“Eu hoje vejo pessoas a falar mal de Cristo, mal da religião, é isto, é aquilo e têm uma sorte na vida. Eu, que creio em tudo, raios parta a minha vida (...) A vida é muito ingrata. Eu tanto peço, acredite que é verdade, tanto peço a Deus que me dê, que me faça sair qualquer coisa para ser feliz, mas quando eu falo com ele, ou ele está a dormir ou não me ouve. Eu sou amigo das pessoas e só levo pontapés.”.

Em relação às categorias de frequência variante, foram estabelecidas as seguintes: rejeição e abandono; comportamentos aditivos; rotura de vínculos; e discriminação. Neste estudo, denotou-se que a rejeição e abandono que os participantes sentem surge, fundamentalmente, por parte dos filhos, tal como afirma o participante 6:

“Não, não. Já desde setembro, portanto há quatro meses que não falo com ela nem ela comigo. Neste caso, é ela mais comigo porque cortou relações totais, até mesmo com a avó.”

Desta forma, não é de estranhar que a categoria a rotura de vínculos, também ocorra. No entanto, a rotura de vínculos acontece a nível da família nuclear:

“Eu já ‘tar feliz com ela e ela estar feliz já é bem bom para mim. Já eu fico contente, já eu estou bem. Já é o sonho, pronto. De tê-la outra vez comigo e poder fazer aquilo que durante este tempo eu já não pude estar a fazer com ela. Que perdi.” P6).

Também através da rotura de vínculos amorosos (e.g. “Depois aos 21 fui para Lisboa, tive a minha filha. Mas a relação não deu bem.” P5).

Como mencionado, os comportamentos aditivos ainda surgem no presente com frequência variante, associados ao consumo de drogas e o álcool. São reveladoras as palavras do participante 1:

“Não... a cabeça também está um bocado complicada porque eu também fui dependente de drogas, infelizmente, e agora estou a deixar aos poucos. Também ando a ser acompanhado por um psicólogo no CAT”.

Por fim, mas não menos importante, a discriminação no quotidiano foi referida com frequência variante:

“No sítio que eu estou... se dissessem onde eu estou, se calhar sim, sim. Porque há muita discriminação... hum... nessas pessoas e nestas casas assim.”
(Participante 6).

A violência doméstica continua a ser vivida no presente, mas agora com frequência rara. As palavras da participante 5 são ilustrativas do tipo de violência doméstica: “Mas ele tinha amante e tratava-me mal. E tive que o deixar, meteu-me na rua e tirou-me da minha casa.”).

Por último, é apresentada a Tabela 3, que diz respeito ao domínio da Carreira. Neste domínio, foram encontradas como categorias de frequência típica, a procura de formações/emprego; planos de carreira; barreiras internas à carreira; e ausência de projetos de vida. Em relação à procura de formações/ emprego, denota-se que a maioria dos participantes está inscrito no centro de emprego, aguardando serem chamados para algum emprego ou formação, como é o caso do participante 2:

“Como disse há bocado, um emprego... sabe há quanto anos estou inscrito no centro de emprego? Há mais de 10. Nem para um curso me chamam.”

A categoria planos de carreira caracteriza-se pela referência ao estabelecimento de objetivos e metas que a serem alcançadas. É o caso do participante 1:

“Também ando aí a pensar num projeto, que é abrir um Centro Hípico por conta própria, pronto... Eu aqui aprendi com estes senhores pronto, e gostava de pôr isso em prática (...) É o meu sonho, é. Eu já comentei também com a Doutora Marta, lá em baixo no CAT, era o meu sonho. Fazer uma formação, tirar o curso de equitador, era o meu sonho.”

Tabela 3- Domínio Carreira (N=9)

Categories	F	Exemplos ilustrativos
Procura de Formação /Emprego	Típico 1,2,4,6,9	“...ando a mandar currículos para aqui, para ali, pronto, ando à procura de emprego” P1
Planos de carreira	Típico 1,2,3,4,6, 7	“Adorava a geriatria. Adorava o contacto com os velhotes” P7
Exploração de carreira	Raro 1	“Eu também já pedi informações aqui à Doutora Florbela” P1
Preocupação de carreira	Variante 2, 7,9	“Isso queria eu” P7 [referindo-se ao desejo de ter emprego]
Barreiras internas à carreira	Típico 1,2,3,5,6,7, 9	“Sinto falta de não ter saúde. Porque quando cá vim, ainda trabalhei, mas não aguentei.” P5
Barreiras externas à carreira	Variante 1,4,6,9	“Trabalho... já corri aí quase tudo não há” P4
Apoio social	Variante 2, 4,8,	“O dinheiro que a segurança social dá aqui, dá aqui para eu cá estar” P2
Significado do trabalho	Raro 7	“Emprego, não... Trabalho! Emprego é entrar às oito e sair às quatro, sentada numa cadeira num escritório” P7
Ausência de projetos de carreira	Típico 3, 5, 6, 7, 8, 9	“Não, sou reformado. Tenho a minha reforma, vivo com o meu dinheiro” P9 [referindo-se a desistir dos seus planos] “desde que eu entrei aqui, nesta casa... humm ... não” P6

Nota: F = frequência

No entanto, nem todos manifestam uma clara definição dos seus planos de carreira (e.g. “Talvez ajudante de motorista” P2) ou realismo dos mesmos. É o caso do participante 3 com pontual contacto com computadores, mas que pretende vir a ser informático (e.g. “Computadores. Informática. Gosto de mexer”).

No seguimento das categorias mencionadas acima segue-se as barreiras internas à carreira. Nesta categoria, encontramos alguma variabilidade. Por vezes, as barreiras internas têm a ver com problemas de saúde do participante (e.g. “Na minha profissão. Agora uma colher e uma talocha já não posso, não posso. É os tendões” P2) ou conflitos laborais, como foi o caso do participante 1:

“Aquilo eram dois sócios, chegava um de manhã e mandava-me fazer uma coisa, chegava o outro à tarde e “desmandava”. E eu andei ali naquele impasse dois anos, mas andam a gozar com a minha cara? É que é mesmo assim... andam a gozar com a minha cara?”

As barreiras internas à carreira também se revelaram na baixa escolaridade (e.g., “Mas lá está, com o 12º sempre se arranja melhor do que com o 9º.” P6) ou ao comportamento. São ilustrativas as palavras do participante 8:

“Não, as vezes eu tive que traficar para alimentar o vício. Houve uma altura que deixei de trabalhar e comecei a traficar”.

A última categoria de frequência típica é a ausência de projetos de carreira. Neste âmbito encontramos duas ideias essenciais. A primeira prende-se com a ausência de qualquer tipo de objetivo ou plano para a sua vida. Tal resulta de acomodação ao apoio social que recebe e por isso não sente necessidade de mudar como é o caso do participante 3:

“Vai-se tendo tudo aquilo que, pronto, faz falta, no fundo não precisa de mais nada, tão uma cama, comida na mesa, roupa (...) vai fumando e vai tendo outros vícios assim, se calhar pode não ter tanto como desejaria, mas vai tendo, não é, e então para quê esforçar-se, não é? Porque é que ele há-de ir trabalhar, sujar as mãos e cansar-se?”

Em segundo, temos a idade do participante que anula a possibilidade de novos investimentos na carreira. São reveladoras as palavras da participante 7:

“Estou velha! O futuro é ir para o jardim das estaladas. Já lá devia estar há muito tempo” (Participante 7).

Em relação às categorias de frequência variante apresentadas na tabela 3, temos as seguintes: preocupação de carreira; barreiras externas à carreira; e apoio social. Em relação à primeira categoria mencionada, os participantes demonstram interesse ou desejo

em trabalhar, como é o caso do participante 2, quando questionado se queria encontrar um emprego, respondeu prontamente “Se queria...!”.

As barreiras externas ao desenvolvimento de carreira prendem-se com as limitadas oportunidades profissionais. É ilustrativa a resposta do participante 1, quando questionado sobre a possibilidade de voltar a ter trabalho remunerado: “Não (...) não vai ser fácil”. Por último, a categoria apoio social, relativa às ajudas que os participantes obtêm do estado. Para alguns, esse apoio provém de uma reforma e é suficiente para as necessidades quotidianas (e.g. “Não, sou reformado. Tenho a minha reforma, vivo com o meu dinheiro, compro as coisas com o meu dinheiro”). Para outros, o Rendimento Social de Inserção é insuficiente pois só permite pagar a mensalidade da instituição onde está:

“O dinheiro que a segurança social dá aqui, dá aqui para eu cá estar, dava para mim. Se me dessem a mim, arranjava aí uma casinha.” Participante 2

Por fim, as categorias de frequência rara são a exploração de carreira, e o significado do trabalho. Os exemplos ilustrativos estão na tabela 3. A primeira categoria mencionada, relaciona-se com o facto de o participante procurar informações sobre a aquisição de habilitações literárias. E por fim, em relação ao significado do trabalho, é apresentada nesta categoria a ideia que o participante tem do que é o “mundo do trabalho” e o que este pode lhe proporcionar.

Análise comparativa dos domínios passado e presente

Para entender padrões na trajetória de vida dos participantes fez-se uma análise comparativa dos domínios passado e presente (Tabela 4). Procurou-se identificar que categorias se mantêm, que categorias do passado deixam de acontecer e que novas categorias emergem nas respostas dos participantes sobre o presente. Nas categorias que se repetem no passado e presente também se analisou a existência de diferenças significativas na frequência quanto à ocorrência das mesmas. Nesse sentido, considerou-se que existem diferenças significativas quando uma categoria difere de outra em dois níveis de frequência (Hill et al.,1997). Por exemplo quando passou de frequência rara para frequência típica ou vice-versa.

Tabela 4 – Categorias e frequências nos domínios passado e presente

Passado		Presente	
Categorias	Frequência	Categorias	Frequência
Problemas de saúde mental	Típico	Problemas de saúde mental	Típico
Pobreza	Típico	-	
Abandono e insucesso escolar	Típico	-	
Rejeição Abandono	Variante	Rejeição Abandono	Variante
Perdas significativas	Variante	-	
Comportamento aditivo	Variante	Comportamento aditivo	Variante
Violência doméstica	Variante	Violência doméstica	Rara
Rotura de vínculos	Raro	Rotura de vínculos	Variante
Comportamento desviante	Raro	-	
Resiliência	Raro	Resiliência	Típico
-		Reconstrução de laços	Típico
-		Sentimentos negativos	Típico
-		Discriminação	Variante

Como descrito na tabela 4, os problemas de saúde mental mantiveram-se típicos ao longo da trajetória de vida dos participantes. Também se mantiveram as experiências de rejeição e abandono e os comportamentos de aditivos, com frequência variante. Por sua vez, a violência doméstica mantém, mas referida com menor frequência no presente (Rara) relativamente ao passado (Variante). Por sua vez, a pobreza e o abandono e o insucesso escolar, típicos no passado, deixaram de ser referidos no presente. É também o caso das perdas significativas que, ocorrendo com frequência variante no passado, deixaram de ser referidas no presente. Este padrão também ocorre relativamente ao comportamento desviante, raro no passado e ausente no presente. Se a evolução das categorias pobreza, abandono e insucesso escolar foi significativa, também houve uma evolução significativa nos comportamentos de resiliência que referidos raramente relativamente ao passado, passaram a ser referidos com frequência típica relativamente ao presente.

Finalmente, também se verificam evoluções significativas nas categorias reconstrução de laços, sentimentos negativos e discriminação. De facto, como se pode

observar na tabela 4, estas categorias ausentes no domínio passado foram referidas com frequência típica e variante no domínio presente.

Discussão

Este estudo dá voz a pessoas sem-abrigo para analisar o desenvolvimento de carreira numa perspetiva holística. Por um lado, analisou-se a sua trajetória de vida bem como as dimensões da carreira associadas a esse percurso de vida.

Os resultados evidenciaram alguns padrões no percurso de vida dos participantes. Relativamente ao seu passado, são típicas as vivências de pobreza resultante da falta de recursos económicos dos familiares. Neste sentido, a literatura sugere que as dificuldades económicas aumentam a vulnerabilidade da pessoa e, conseqüentemente, favorecem a exclusão social de determinados grupos (Rodrigues, Samagaio, Ferreira, Mendes, & Januário, 2017). A trajetória de vida destas pessoas, no passado, também é pautada pelo abandono e o insucesso escolar. Justificam este padrão, por um lado, a falta de interesse nas atividades escolares e, por outro lado, a necessidade de ajudar no sustento da família. Assim, os resultados obtidos confirmam outros evidenciando que a grande maioria das pessoas que vivem nesta condição não possuem a escolaridade mínima (Ramos, 2007). A baixa escolaridade marca o futuro da carreira destas pessoas fortificando a vulnerabilidade ao desemprego (Ramos, 2007). Um terceiro padrão prende-se com a falta de saúde mental, o qual está em acordo com os resultados obtidos noutros estudos com esta população (Ferguson & Xie, 2008). Como podemos evidenciar na tabela 4, este padrão também se mantém típico na vida presente destas pessoas. Esta persistência dos problemas de saúde mental ao longo do tempo pode sugerir, também, o relevante contributo desta variável para a condição de sem abrigo.

Outro padrão típico tem a ver a resiliência dos participantes, referida raramente no passado e com frequência típica no presente. Estas expressões de resiliência revelam que a condição de sem abrigo não é vivida de forma passiva, pois, as difíceis condições de vida põem à prova a capacidade de resistir para preservar a sobrevivência. No entanto, a diferença significativa entre passado e presente na expressão de resiliência pode explicar-se pelas experiências atuais de luta contra a adversidade serem mais próximas e, por isso, referidas significativamente mais do que as experiências de resiliência no

passado. Acrescente-se que, devido à idade, há um acumular de experiências de resiliência e de capacidade de análise das mesmas que podem justificar a sua maior frequência no presente.

A trajetória de vida destas pessoas no presente também é pautada pela existência de sentimentos negativos, sobretudo de injustiça, revolta, culpa, arrependimentos e perdas. A maioria dos participantes sente-se estigmatizado, sozinho, procurando restabelecer vínculos perdidos. Este conjunto de experiências pode explicar os sentimentos vividos. Todavia é de constatar que muitos deles não culpam os outros pela condição em que estão. Vivem culpabilizados, reconhecendo que é essencial serem os mesmos a encontrarem vontade e motivação para ultrapassarem esta situação. Este posicionamento face à condição vivida também dá um contributo para explicar porque é significativamente mais frequente a expressão de resiliência no presente do que no passado.

Outra característica marcante do presente dos participantes tem a ver com a reconstrução de laços, que se revela sobretudo na aproximação aos familiares. Esta procura de reconstrução de laços emerge, naturalmente, de ausência de redes familiares de apoio, muito característica nesta população (Rosa, & Abreu, 2015). A necessidade de reconstrução de laços, só é referida em relação ao presente, é mais um indicador da importância do apoio familiar para lidar com a condição de sem abrigo.

Há outros padrões que se repetem ao longo da trajetória de vida dos participantes. É o caso da rejeição e abandono que apresentam uma frequência variante no passado e no presente. No passado associado a figuras de referência, como os progenitores. No presente a rejeição é vivida na relação com os seus filhos/as. Estes indivíduos encontram-se em constante angústia e medo face ao abandono, onde predominam os ditos sentimentos de rejeição e exclusão. Este resultado, em acordo com outros estudos (Ploeg & Scholte, 1997; Quintas, 2010), sugere que o sem abrigo passa por um processo de consecutivos de abandonos e/ou rejeição, iniciados na família e com continuidade na comunidade.

Outro padrão que se mantém com frequência variante é o dos comportamentos aditivos. No passado acabam por ser visto como a causa da situação que se encontram, já no presente, como forma de gerir (escape ou alívio) a condição vivida. Os comportamentos aditivos que foram mais destacados por parte dos participantes foram o consumo de drogas, sobretudo cocaína e o álcool. Estas dependências acabaram por ter

impacto nas rotinas das pessoas, originando novos hábitos de vida e acabando por gerar um novo ciclo de relacionamentos. Todavia, há que evidenciar que nem todos os sem abrigos são dependentes de qualquer substância química, contudo, é evidente que o consumo de álcool e drogas se apresenta como uma das principais características deste grupo social (Teixeira, 2011).

Também ocorreram alterações na frequência de determinados padrões entre o passado e o presente do indivíduo. É o caso da violência doméstica, que no passado era de frequência variante e no presente de frequência rara. Este resultado está em acordo com o sugerido por Heubner e Tryssenaar (1996) quanto a uma das principais características dos novos perfis de pessoas nestas condições serem mulheres que fugiram de situações de violência doméstica. A categoria rotura de vínculos também evidenciou alterações na sua frequência ao longo do tempo pois no passado era de frequência rara e no presente passou a ter uma frequência variante. Estas roturas, estão associadas a quebras de relações familiares e amorosas, sugerindo esta quebra de apoio social como subjacente à condição de sem abrigo. A rotura destes laços pode também explicar os sentimentos negativos vividos por estas pessoas, tanto que ao longo das várias entrevistas quase todos os participantes demonstram alguma nostalgia ao falarem da sua família.

Para além do que foi mencionado acima, há que concluir que existiram padrões na vida destes indivíduos que apenas surgiram numa das fases da sua vida. É o caso da pobreza, abandono e insucesso escolar, perdas significativas, e comportamentos desviantes que estiveram presentes apenas no passado destes indivíduos. Este resultado dá indicadores sobre o tipo de experiências do passado que podem ter contribuído para a atual condição de sem abrigo. Por outro lado, a reconstrução de laços, sentimentos negativos e a discriminação apenas estiverem presentes na atualidade dos participantes. Tal permite indicadores sobre alguns dos grandes desafios vividos por estas pessoas no seu presente.

Em síntese, este conjunto de resultados evidencia que a condição de sem abrigo é complexa, feita de um conjunto de fatores que, e em estreita relação desde o passado, contribuem para explicar o desenvolvimento e manutenção da condição de sem abrigo. No entanto, essa explicação pode ser enriquecida tendo por referência o modelo sobre a teoria da psicologia do trabalho.

O domínio carreira emergiu como terceiro grande domínio, sugerindo a importância que o papel de trabalhador na trajetória de vida das pessoas sem abrigo. Em acordo com esta ideia temos o facto de os participantes referirem com frequência típica a procura de formação/ emprego e a elaboração de planos de carreira. Este resultado está em linha com outros estudos (Blustein., Olle., Connors-Kellgren., & Diamonti, 2016) revelando que, nesta população, a falta de apoio na área da formação e proteção de direitos, bem como na procura de emprego são temas relevantes (Sousa, & Almeida, 2001). O facto, reflete, de algum modo, os problemas de empregabilidade desta população.

Foi referido que frequência típica das categorias mencionadas sugere a importância atribuída por estas pessoas ao trabalho, como forma de lidarem com a condição vivida. No entanto, a frequência típica da categoria ausência de projetos de carreira pode sugerir a pouca importância atribuída ao papel de trabalhador. Esta aparente contradição remete para uma análise contextualizado dos resultados, isto é, situada nas singularidades dos participantes. Algumas hipóteses explicativas emergem da análise dos resultados. A primeira aponta para a possibilidade de os problemas de saúde física e mental poderem explicar algum desinvestimento na carreira. Como se pode verificar na tabela 3 muitas das pessoas que referem barreiras internas à carreira também referem ausência de planos de carreira. A segunda explicação aponta para a possibilidade de alguns participantes estarem ambivalentes ou terem planos de carreira pouco consistentes. É o caso dos participantes 3 e 7 que referem planos de carreira, e do participante 9 que refere procura de formação e emprego. Por outro lado, estes participantes também mencionam a ausência de planos de carreira. Reforçando esta hipótese explicativa temos o facto de só um participante ter evidenciado comportamentos de exploração de carreira. O desinvestimento na carreira de alguns dos participantes também se pode justificar com o elevado nível etário de alguns participantes (e.g. “Não, sou reformado. Tenho a minha reforma, vivo com o meu dinheiro” P9) e acomodação à condição de vida (e.g. “desde que eu entrei aqui, nesta casa... humm ... não [referindo-se a desistir dos seus planos]” P6).

Pela importância para a definição de possibilidades de intervenção, refere-se ainda a frequência variante da categoria barreiras externas à carreira pois assinala a falta de oportunidades no mercado de trabalho para estas pessoas. Este resultado está em acordo com o referido por Aldeia (2014) quando às pressões que os sem abrigo vivem associadas

à sobrevivência em espaços públicos ou em instituições sociais, bem como o rótulo de “sem-abrigo”, dificultarem a integração no mercado de trabalho. Assim, o trabalho mal remunerado, temporário, desqualificado e desvalorizado, acaba por ser aquele que se encontra ao dispor de quem vive nesta situação, dificultando a saída desta situação (Aldeia, 2014).

Estes resultados vão de acordo com o modelo de Blustein (2016), que centra o trabalho digno como o epicentro da experiência do trabalho de cada indivíduo. De facto, os resultados obtidos neste estudo evidenciam o papel relevante de fatores como dificuldades económicas (e.g. pobreza) e marginalização (e.g. rejeição e abandono, violência doméstica, discriminação, violência doméstica) vividas no passado e prolongando-se até o presente constituem importantes fatores limitativos do acesso a trabalho digno.

Neste aspeto, a marginalização, é apresentada com uma barreira crítica para alcançar um trabalho digno. A classe social “baixa” à qual estas pessoas pertencem dificultam o acesso a um trabalho digno, mas também se tornam um incremento ao consumo de substâncias nestas populações. As variáveis referidas também emergem como moderadores que acabam por ter impacto na volição profissional e na adaptabilidade de carreira dos participantes. Entre essas variáveis moderadoras destacam-se a proatividade que pode ficara bastante comprometida pelos problemas de saúde mental, comportamento aditivo e sentimentos negativos (e.g. vergonha, revolta, injustiça, perda) relativamente a si, ao contexto em que vivem e face ao futuro. Outros moderadores que poderão influenciar decisivamente o desenvolvimento de carreira destas pessoas são -se a falta de apoio social (e.g. abandono, rejeição, perda de pessoas significativas) bem como a baixa escolaridade que pauta a vida das pessoas que participaram neste estudo. Estas variáveis/ fatores referidos, tendem a moderar o desenvolvimento de carreira pelo impacto negativo que têm na volição profissional e adaptabilidade de carreira dos participantes. Esta relação é evidenciada frequentes referências a barreiras internas e externas à integração socioprofissional, ausência de projetos e/ou projetos de carreira irrealistas. Deste modo, o acesso a trabalho digno e, conseqüentemente, a resolução de necessidades psicológicas básicas, o bem-estar e a realização profissional ficam comprometidos. No entanto os resultados obtidos também revelaram fatores que poderão compensar os referidos e favorecer a integração socioprofissional destas pessoas. É o caso das expressões de resiliência, a procura de reconstrução de laços familiares, a elaboração

de planos de carreira bem como a procura de formação/ emprego, por parte de alguns dos participantes.

Limites da investigação e implicações para a investigação

A principal limitação deste estudo prende-se com a limitação da amostra que resultou das dificuldades de acesso a esta população colocadas por muitas instituições onde se encontram a residir. Uma amostra mais alargada poderia ter contribuído para ampliar a validade de conteúdo das categorias que emergiram da análise qualitativa, isto é, termos chegado a um número de categorias que fosse mais representativa da condição vivida pelos sem abrigo. Se bem que a entrevistadora estivesse familiarizada com o contacto com este tipo de população, é possível que a falta de condições para construir uma relação de maior proximidade aos entrevistados, prévia ao momento de entrevista, pode ter contribuído para algum viés nas respostas (e.g. respostas socialmente convenientes, não aprofundamento de algumas temáticas).

Procuramos, com este estudo, contribuir para um maior conhecimento desta população, contudo, temos plena noção que algumas temáticas ficaram por analisar. Neste seguimento, consideramos que se poderão aprofundar as questões de género, sobretudo relacionadas com os papéis sociais que são atribuídos ao homem e à mulher. Em outra linha de análise, consideramos que deve ser analisada com maior atenção a relação entre o tempo de permanência na situação de sem-abrigo e as hipóteses de superação, relacionando-as com as condições que sociedade deverá proporcionar para tentar resolver estas situações, pesando no papel das instituições, até às condições intrínsecas, com as atitudes e comportamentos de adaptação e acomodação à situação de sem-abrigo. Por outro lado, o conhecimento desta realidade, deve resultar da perceção daquelas que nela vivem. Pois, o facto de muitas instituições que trabalham com estas pessoas e o próprio governo, por vezes não envolverem os próprios sujeitos-alvo na criação de projetos que visem a resolução de problemas, dificulta a elaboração de intervenções eficazes. Para tal, é necessário, que profissionais, instituições e o estado, procurem compreender as experiências do ponto de vista de quem as vive ou viveu, fazendo dos alvos de intervenção agentes ativos na elaboração de projetos (Jesus, & Menezes, 2010).

Tendo em conta estas limitações, futuros estudos deverão considerar amostras mais alargadas em que haja a possibilidade de construir alguma familiaridade com os entrevistados antes das entrevistas serem realizadas. Futuros estudos também poderão

considerar a análise dos comportamentos de procura de emprego ou a análise de casos bem-sucedidos de integração socioprofissional. Tais estudos serão da máxima relevância para entender alguns fatores críticos à integração das pessoas sem abrigo no mundo do trabalho.

Implicação para a prática

A investigação científica sobre esta problemática, é muito recente, sobretudo no nosso país.

De realçar, que as intervenções com âmbito no desenvolvimento de carreira destes indivíduos deveriam ser uma das principais alternativas que possibilitaria o exercício da autonomia, através do planeamento e promoção de estratégias de estabilização de objetivos de vida, tornando-se numa forma de apoio aos desafios que estas pessoas enfrentam ao longo da sua vida (Brandão, 2015). Desta forma, pensa-se ser essencial, colocar-se em práticas determinadas medidas que facilitem este processo, como por exemplo, atividade que promovam a adaptabilidade de carreira (Marrone, 2005). Tais atividades, focadas nestas pessoas, desenvolvidas por técnicos nas instituições onde residem, deveria ser complementada por práticas mais alargadas ao nível do sistema que estigmatiza e limita o acesso ao mundo do trabalho (Duarte & Cardoso, 2018). Entre essas atividades, criar condições para melhor saúde física e mental, facilitar a aproximação às famílias e outros agentes de apoio social. Também se considera o trabalho de sensibilização de empregadores, envolvimento de associações empresariais, serviços de emprego e familiares. Este trabalho complementado a intervenção individual com a intervenção mais alargada aos diferentes agentes que podem potenciar condições de empregabilidade é atualmente considerada como fundamental para o acesso a trabalho digno (Maree, 2019).

Conclusão

Este estudo analisou a percepção das pessoas sem abrigo sobre a sua trajetória de vida e desenvolvimento de carreira. A metodologia utilizada neste estudo consistiu na realização de entrevistas semi-estruturadas a pessoas que se encontram na situação de sem abrigo, de modo a compreender este público-alvo e identificar propostas de estratégias futuras de inserção no mercado de trabalho. A abordagem utilizada foi de natureza qualitativa.

A partir das histórias de vida dos participantes que foram entrevistados, tentamos realizar uma análise crítica, tendo por base as principais ideias que foram surgindo ao longo de toda a revisão de literatura, e que acabaram por nos levar aos domínios que foram estabelecidos: Passado; Presente; e Carreira. Procuramos com este estudo conhecer melhor a realidade destes indivíduos na primeira pessoa, e refletir sobre todas as questões que traduz a integração socioprofissional desta população.

Através dos resultados obtidos e aqui apresentados, podemos afirmar que a condição de sem abrigo é complexa, e que se traduz num conjunto de fatores que se relacionam entre o passado e o presente, acabando por contribuir para explicação do desenvolvimento e manutenção da condição de sem abrigo. No entanto, o entendimento desta realidade complexa foi enriquecido pelo modelo sobre a teoria da psicologia do trabalho. Esta teoria, coloca o trabalho no epicentro da vida de qualquer pessoa, revelando a sua importância na construção do bem-estar e na realização do papel enquanto trabalhador. Este modelo como já podemos constatar tem em conta os fatores de ordem psicológica, e de ordem social e económica. Além destes aspetos, este alerta para a forma como os fatores socioculturais, como é o caso da discriminação, opressão, condicionam todo o processo de desenvolvimento de carreira e a experiência de trabalho.

Constatou-se que as atuais respostas sociais que existem, como são o caso das IPSS, apesar de serem uma grande ajuda para estas pessoas, uma vez que lhes é dado um teto, comida, e roupa lavada, por vezes não investem tanto na autonomização dos seus utentes. Esse investimento deverá passar por facilitar o desenvolvimento vocacional destas pessoas permitindo que obtivessem um trabalho digno e uma forma de sustento. Tal será fundamental para ultrapassarem a condição que vivem e, assim, conseguirem uma verdadeira integração social. Existem claras evidências das dificuldades de integração no mercado de trabalho e de soluções imediatas ao problema. Por isso, é

importante referir que as respostas sociais dirigidas às pessoas que se encontram na situação de sem-abrigo são um desafio de todos, mas ao qual a investigação poderá dar um relevante contributo através da clarificação da complexa realidade vivida por estas pessoas.

Referências

Aldeia, J. (2013). *A realocização dos indivíduos sem-abrigo no espaço público*. CIDADES, Comunidades e Territórios, (27), 61-72.

Aldeia, J. (2014). A centralidade do trabalho no fenómeno dos sem-abrigo.

Blustein, D. L. (2008). *The role of work in psychological health and well-being: a conceptual, historical, and public policy perspective*. *American Psychologist*, 63(4), 228.

Blustein, D. L., Kenny, M.E., Autin, K., & Duffy, R. (2019). The psychology of working in practice: A theory of change for a new era. *Career Development Quarterly*, 67, 236-254. Doi: 10.1002/cdq.12193

Blustein, D. L., Olle, C., Connors-Kellgren, A., & Diamonti, A. J. (2016). *Decent work: A psychological perspective*. *Frontiers in Psychology*, 7, 407.

Brandão, J. I. E. D. (2015). *Eficácia de intervenções de carreira para a autonomização de jovens institucionalizados* (Dissertação de Mestrado).

Brandão, M. (2009). *Projecto sentidos: intervenção com população sem-abrigo na cidade de Lisboa*.

Cardoso, P. M., Taveira, M. C., Biscaia, C. S., & Santos, M. G. (2012). Psychologists' dilemmas in career counselling practice. *International Journal for Educational and Vocational Guidance*, 12(3), 225-241.

Carvalho, M. Manuela (2012), "Exclusão social – Considerações Finais", in *Investigação em trabalho social - Exclusão Social e Políticas Sociais*, Revista do Centro de Investigação do ISSSP.

Duarte, M.E., & Cardoso, P. (2018). Life Design and career counseling: Contributions to social justice. In Valérie Cohen-Scali, Jacques Pouyaud, Violetta Drabik- Podgorna, Marek Podgorni, Gabriela Aisenson, Jean Luc Bernaud, Issa Moumoula, Jean Guichard (Eds.). *Interventions in Career Design and Education – Transformation for sustainable development and decent work* (pp. 231-246). Dorderech: Springer International Publishing ISBN-13: 978-3319919676

Duffy, R. D., Blustein, D. L., Diemer, M. A., & Autin, K. L. (2016). *The Psychology of Working Theory*. *Journal of Counseling Psychology*, 63(2), 127-148.

Eggerth, D. E., DeLaney, S. C., Flynn, M. A., & Jacobson, C. J. (2012). *Work experiences of Latina immigrants: A qualitative study*. *Journal of Career Development*, 39(1), 13-30.

Epele, M. (2012). Sobre o cuidado de outros em contextos de pobreza, uso de drogas e marginalização. *Mana*, 18(2), 247-268.

Ferguson, K. M., & Xie, B. (2008). *Feasibility study of the social enterprise intervention with homeless youth*. *Research on Social Work Practice*, 18(1), 5-19.

Flores, L. Y., Mendoza, M. M., Ojeda, L., He, Y., Meza, R. R., Medina, V., ... & Jordan, S. (2011). *A qualitative inquiry of Latino immigrants' work experiences in the Midwest*. *Journal of Counseling Psychology*, 58(4), 522.

Gelberg, L., Browner, C. H., Lejano, E., & Arangua, L. (2004). *Access to Women's Health Care: A Qualitative Study of Barriers Perceived by Homeless Women*. *Women & Health*, 40(2), 87-100. doi:10.1300/j013v40n02_06

Gomes, T. S., & Guadalupe, S. (2011). *Redes de Suporte Formal ao Sem-Abrigo na Cidade de Coimbra. Interações: Sociedade e as novas modernidades*, (21).

Groton, D. B., Gromer, J. M., Mennicke, A. M., Lee, J., Gul, M., Dupree, E. M., & Munn, J. (2017). "Give us a chance": *Understanding job seeking among women experiencing homelessness*. *Journal of Employment Counseling*, 54(3), 115-131.

Heubner, J., & Tryssenaar, J. (1996). *Development of an Occupational Therapy Practice Perspective in a Homeless Shelter: A Fieldwork Experience*. *Canadian Journal of Occupational Therapy*, 63(1), 24-32. doi:10.1177/000841749606300104

Hill, C. E., Knox, S., Thompson, B. J., Williams, E. N., Hess, S. A., & Ladany, N. (2005). *Consensual qualitative research: An update*. *Journal of Counseling Psychology*, 52(2), 196-205. doi:10.1037/0022-0167.52.2.196

Hill, C. E., Thompson, B. J., & Williams, E. (1997). A guide to conducting consensual qualitative research. *The Counseling Psychologist*, 25, 517-572.

Jesus, M. F. D., & Menezes, I. (2010). A experiência de sem-abrigo como promotora de empoderamento psicológico. *Análise Psicológica*, 28(3), 527-535.

Maree, J.G. (2019). *Handbook of innovative career counseling*. Cham, Switzerland: Springer

Marrone, J. O. E. (2005). *Creating hope through employment for people who are homeless or in transitional housing*. *American Journal of Psychiatric Rehabilitation*, 8(1), 13-35.

Marshall, C. A., Lysaght, R., & Krupa, T. (2018). *Occupational transition in the process of becoming housed following chronic homelessness*. *Canadian Journal of Occupational Therapy*, 85(1), 33–45. doi:10.1177/0008417417723351

OECD. (2015). *Securing livelihoods for all: Foresight for action*. *Development centre studies*. Paris: OECD Publishing.

Ornelas, J. (1997). Psicologia comunitária: *Origens, fundamentos e áreas de intervenção*. *Análise psicológica*, 15(3), 375-388.

Pilar, P. C. P. (2016). *Perceção de saúde e avaliação das necessidades de intervenção em população sem-abrigo institucionalizada* (Dissertação de Doutoramento).

Quintas, S. M. M. (2010). A percepção de técnicos e indivíduos "sem-abrigo": histórias ocultas de uma realidade no Porto. Dissertação de Mestrado

Ramos, M. (2007). *Aprendizagem ao longo da vida. Instrumento de empregabilidade e integração social*. *Revista portuguesa de pedagogia*, 299-333.

Rodrigues, E. V., Samagaio, F., Ferreira, H., Mendes, M. M., & Januário, S. (2017). *A pobreza e a exclusão social: teorias conceitos e políticas sociais em Portugal*. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 9.

Rosa, V., & Abreu, S. G. (2015). *A rutura dos laços sociais nas narrativas da pessoa em situação de sem-abrigo*.

Rosa, V., & Abreu, S. G. (2015). *A rutura dos laços sociais nas narrativas da pessoa em situação de sem-abrigo*.

Sato, S., Iwata, K., Furukawa, S., Matsuda, Y., Hatsuse, N., & Ikebuchi, E. (2014). *The effects of the combination of cognitive training and supported employment on improving clinical and working outcomes for people with schizophrenia in Japan*. *Clinical Practice & Epidemiology in Mental Health*, 10, 18–27. doi:10.2174/1745017901410010018.

Savickas, M. L. (2013). Career construction theory and practice. In R. W. Lent, & S. D. Brown (Eds.). *Career development and counseling: Putting theory and research to work* (pp. 147–183). (2nd ed.). Hoboken, New Jersey: John Wiley & Sons.

Schindler, H. S., & Coley, R. L. (2007). *A Qualitative Study of Homeless Fathers: Exploring Parenting and Gender Role Transitions*. *Family Relations*, 56(1), 40–51. doi:10.1111/j.1741-3729.2007.00438.x

Sousa, Fernando M. V. de, & Almeida, Sandra M. de. (2001). *E se perguntássemos aos Sem-Abrigo?! Satisfação e necessidades percebidas face aos serviços, num abrigo de Lisboa*. *Análise Psicológica*, 19(2), 299-312. Recuperado em 19 de julho de 2019, de http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0870-82312001000200007&lng=pt&tlng=e

Teixeira, S. M. (2011). *Sem-Abrigo-O Acompanhamento Institucional e a sua Repercussão no Quotidiano*. Dissertação de Mestrado

Tsang, H.W.H., Fung, K.M.T., Leung, A.Y., Li, S.M., & Cheung, W.M. (2010). *Three year follow-up study of an integrated supported employment for individuals with severe mental illness*. *Australian and New Zealand Journal of Psychiatry*, 44, 49-58.

Viegas, I. O. M. (2013). *Morar na rua: um estudo sobre sobrevivência e identidade de pessoas sem-abrigo*

Whiteford, G. (2000). *Occupational Deprivation: Global Challenge in the New Millennium*. *British Journal of Occupational Therapy*, 63(5), 200–204. doi:10.1177/030802260006300503

